

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**MODERNIZAÇÃO EM NATAL: Expansão e segregação da população nos espaços urbanos nas primeiras décadas do século XX**

**Suerda Priscila de Moura Vale**

**Natal**

**2008**

SUERDA PRISCILA DE MOURA VALE

**MODERNIZAÇÃO EM NATAL: Expansão e segregação da população nos espaços urbanos nas primeiras décadas do século XX**

Monografia apresentada à Disciplina de pesquisa histórica II, sob a orientação do Professor Raimundo Nonato da Rocha como requisito para obtenção do diploma em Licenciatura e Bacharelado do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NATAL

2008

## AGRADECIMENTOS

\* A todo o corpo docente e discente do departamento de História da UFRN, que ao longo de minha vida acadêmica contribuiu para minha formação profissional e pessoal.

\* A minha família que sempre ficou ao meu lado em todos os momentos, fortalecendo-me diante dos obstáculos.

\* Ao meu namorado Guilherme que compartilhou comigo parte da minha vida acadêmica;

\* Ao meu orientador, professor Raimundo Nonato da Rocha, por ter sido muito mais que um orientador, um verdadeiro amigo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	5
<b>CAPÍTULO I:</b>	8
<b>O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NATALENSE</b>	
1.1. Fundação e início da urbanização.	8
1.2 – O retirante e urbanização no início do século XX	12
<b>CAPÍTULO II:</b>	17
<b>INTERVENÇÃO PÚBLICA E MODERNIZAÇÃO URBANA</b>	
2.1. A Modernidade e a questão urbana.	18
2.2. As Intervenções estatais na urbanização da Cidade do Natal	20
2.3. A Criação da Cidade Nova	25
<b>CAPÍTULO III:</b>	28
<b>O SURGIMENTO DE UMA NOVA NATAL</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	39
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	41

## INTRODUÇÃO

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas das ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e o do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica [...]; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano.<sup>1</sup>

A idéia de Berman, expressa nessa epígrafe, faz referência explícita a mudanças vertiginosas que aconteceram no mundo a partir do século XIX. Esse conjunto de mudanças alterou também – e de forma significativa – a vida em Natal nas primeiras décadas do século XX. Este trabalho tem por objetivo analisar as mudanças operadas na cidade nesse período. Para realizá-lo faremos uma breve retrospectiva histórica com o intuito de mostrar como era a cidade antes e depois do processo modernizador dos primeiros anos do século XX.

O núcleo originário da cidade do Natal, fundada em 1599, situava-se no ponto mais alto da região, entre o estuário do rio Potengi e o Oceano Atlântico. Ao longo de quatro séculos, a cidade viveu um período de estagnação e marasmo, sendo edificadas apenas três igrejas em torno das quais se agrupavam ruas simples e sem

---

<sup>1</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 16.

planejamento, com casas construídas, em sua maioria, de barro, taipa e cobertas com palha. Era uma cidade com aspecto de aldeia. Cidade pequena, de becos e ruas estreitas, sem calçamento ou limpeza, com casas térreas e insalubres.

Eram essas as características da cidade do Natal, da sua fundação até os anos finais do século XIX. Às vésperas desse período, algumas medidas foram colocadas em prática a fim de que algumas áreas da cidade tivessem sua ocupação mais “saudável” e restrita às elites urbanas.

Neste trabalho examinaremos particularmente como Natal viveu o período compreendido entre a sua fundação e as duas primeiras décadas do século XX. Para melhor delimitar a pesquisa resolvemos elaborar duas questões centrais: quais as causas que levaram à criação de medidas transformadoras do espaço urbano em Natal no período em destaque? Quais as implicações políticas e sociais dessas mudanças?

Almejando responder as questões propostas o texto apresentará análises das mudanças no contexto mundial e nacional. Nossa meta é entender como, em diferentes níveis e espaços, tais considerações eram uma necessidade das elites preocupadas com seu papel na cidade, bem como o papel dentro dessa modernidade que surgia no mundo.

Para esse trabalho, utilizamos diversas publicações que tratam da história da cidade do Natal e pesquisamos alguns exemplares de jornais da época, mais especificamente, alguns exemplares do Jornal A República, sobretudo aqueles concentrados no final da década de 1910 e na década de 1920 que foram fundamentais no desenvolvimento de idéias relativas à formação da cidade moderna em oposição a Natal antiga e modorrenta que até então existia. Foram também de fundamental importância o conteúdo encontrado na obra “História da Cidade do Natal”, de Câmara

Cascudo, que nos ajudou a traçar um perfil da Natal antiquada e a sua transformação em uma cidade contemporânea do século XX.

O texto está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo discutiremos a história de Natal, enfocando especialmente o crescimento lento da cidade durante quase quatrocentos anos. Durante toda a colonização Natal não foi o centro das atenções da “coroa portuguesa”, pois tinha um frágil comércio e economia local muito tacanha. Essa fragilidade local só foi superada durante a transição do regime monárquico para o regime republicano, quando a capital recebeu investimentos em obras públicas por parte do estado.

O segundo capítulo discute algumas políticas públicas que mudaram definitivamente o aspecto urbano de Natal. Essas políticas buscavam – de acordo com o discurso da elite oligárquica – superar a carência de cultura e de civilização dos períodos anteriores, sobretudo os resquícios coloniais ainda existentes. As elites natalenses da Primeira República foram mola propulsora e interessada nas mudanças que foram levadas a cabo durante o período, sobretudo aquelas voltadas à modernização da cidade.

O terceiro capítulo tem a tarefa de relacionar o papel das modificações operadas pelo estado no espaço urbano, destacando seus principais agentes locais e as práticas sugeridas e realizadas por médicos e pelo Estado. Tais práticas assumiam um papel de “guardião” da saúde pública, nas antigas moradias da Cidade Nova, local que passou a ser ocupado pelas elites e, de maneira mais consistente, a partir da segunda e terceira décadas do século XX.

## CAPITULO I: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NATALENSE

### *1.1 – Fundação e início da urbanização*

No final do século XIX e início do século XX, várias cidades no mundo inteiro foram objeto de intervenções políticas que mudaram seus perfis e suas configurações físicas. Este movimento atingiu também a cidade do Natal. Capital política e administrativa do Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Região Nordeste do Brasil.

Natal possui desde sua fundação em 1599 o status de cidade. Do ponto de vista jurídico, Natal não seguiu a clássica seqüência de povoado à vila, de vila à cidade. Sua fundação foi fruto de uma decisão da metrópole portuguesa, dentro de uma estratégia política, administrativa e militar. A fundação da cidade não estava relacionada diretamente com um empreendimento econômico, pois tinha como maior objetivo garantir a posse dessa parte do território da Colônia contra as investidas de franceses, além de dar suporte às campanhas militares para a expulsão dos invasores.

Segundo Câmara Cascudo, a decisão de legitimar a posse e garantir a ocupação efetiva de Natal, teve seu passo inicial a partir de duas Cartas Régias emitidas pelo Rei de Portugal Felipe II. Se no plano geral a decisão a decisão foi tomada pelo próprio Rei, no plano local foi

o 7<sup>a</sup> Governador e Capitão-general do Brasil (1591-1602), D. Francisco de Sousa, [... que] decidiu estender a real jurisdição



até a foz do Potengi, arredando o francês e plantando um forte no arrecife.<sup>2</sup>

Com isso, a cidade de Natal, portanto, passava a existir em decorrência de um ato do rei de Portugal antes de ser fundada, de fato, em 1599, pois com a necessidade de expulsar os franceses estabelecidos no litoral desde a Capitania do Maranhão foi que se iniciou, de fato, o processo de ocupação e povoamento desta capitania..

O mesmo ato real que resultou na construção da fortaleza dos Reis Magos também determinava a construção de uma cidade adjacente, que veio a acontecer um pouco mais de um ano depois de iniciada a construção da fortaleza, em 1599, data da fundação da Cidade do Natal, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque.

Jerônimo de Albuquerque foi o primeiro comandante da fortaleza dos Reis magos, a inicial autoridade, o centro de atração. Foi o primeiro chefe militar que morou entre a indiada potiguar. Escolheu, mediu, passeou e fundou a cidade do Natal a 25 de dezembro de 1599. Deu Cunhaú aos filhos que fundaram o primeiro engenho de açúcar. Radicou a família no Rio Grande do Norte porque aqui ficaram os descendentes, amando e morrendo pela capitania. Desde 1597, os Albuquerque pertencem à nossa história. Jerônimo foi o número um, a velocidade inicial. Tem o mais alto de todos os títulos que a história consagra a um homem: - é o fundador da Cidade do Natal, cidade desde o nascimento, Capital da Província e do

---

<sup>2</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal: RN Econômico, 1999. p. 45.

Estado. Deve ter sido ele, com indicação do Padre Gaspar de Samperes, que fixou o lindo nome “Natal”, predestinado, sonoro, claro, como uma nota de cristal.<sup>3</sup>

Fundada a cidade, nos primeiros séculos de vida seu crescimento foi lento. Nos primeiros séculos de sua fundação, os raros visitantes registraram para a história que Natal era uma cidade triste e humilde, menos que qualquer cidade europeia. Em 1638, Natal se achava muito decaída; as ruínas deixadas pela ação predadora do invasor holandês davam-lhe um aspecto triste e acabrunhado.<sup>4</sup>

Ao longo de mais de dois séculos, entre a cidade e a fortaleza existiu apenas um vazio imenso. Eram terras encharcadas nas marés altas, mangues e lagoas: muita lama no período das chuvas e muita areia, no estio. Afastados e isolados, estes dois marcos da fundação de Natal, se transformavam lentamente.

A Cidade Alta terminava na ladeira da atual Rua Junqueira Aires. Dali em diante havia uma área alagadiça, onde hoje estão localizados a antiga Estação Rodoviária, a Praça Augusto Severo, o Teatro Alberto Maranhão e o Colégio Salesiano. Ali havia um riacho que crescia com as marés altas. Cascudo<sup>5</sup> registrou que, em fins do século XIX, ainda se podia tomar banho de água salgada no local.

O processo de ocupação da Ribeira, que havia sido lento e bastante rarefeito até o final do século XVII, permaneceu imutável durante o século XVIII. Na Ribeira, a maioria das construções estava localizada esparsamente, nas atuais ruas Dr. Barata, Chile e General Glicério, onde moravam os trabalhadores dos armazéns do porto e uns

---

<sup>3</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. 1999, p. 50.

<sup>4</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. 1999, p. 67.

<sup>5</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. 1999, p. 233

poucos comerciantes. No início do século XIX (1810) viviam na Ribeira cerca de trezentos habitantes.

Em 1759, de acordo com Cascudo, as dimensões da cidade ainda eram mínimas: cerca de quinhentos metros de comprimento por cem de largura. Então, foram contabilizadas 118 casas.

Henry Koster, visitando Natal em novembro de 1810, descreve a ribeira no seu *Travels in Brazil*:

À tarde saímos passeando para ver a cidade baixa. É situada nas margens do rio e as casas ocupam as ribas meridionais e não há, entre elas e o rio, senão a largura das ruas. Essa parte pode ser conter duzentos a trezentos moradores e aí residem os negociantes do Rio Grande.<sup>6</sup>

Até meados do século XIX, do ponto de vista físico-espacial e demográfico, a cidade era insignificante. Da colonização até esse período, segundo relatos de viajantes<sup>7</sup>, Natal não passava de um pequeno lugarejo com casarios construídos em taipa, com cercas de pau-a-pique, e com as poucas ruas existentes cobertas de areia das dunas ou alagadas, onde os passantes dividiam o espaço com animais domésticos e o lixo. Até o início do século XIX, a importância da cidade se reduzia à existência da Fortaleza dos Reis Magos.

---

<sup>6</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife. Governo do Estado de Pernambuco / Secretaria de Educação e Cultura, 1978. 107

<sup>7</sup> O viajante Henry Koster, por exemplo, deixa evidente, em seus relatos contidos no livro *Viagens ao Nordeste do Brasil*, o quanto Natal era uma cidade pequena.

No início da segunda metade do século XIX, de acordo com Câmara Cascudo, outras localidades norte rio-grandenses ainda rivalizavam com Natal, em termos econômicos e sociais. O crescimento da cultura algodoeira exigiu uma série de ações e acontecimentos que contribuíram para a construção de Natal como uma cidade moderna. A organização da burocracia estatal, com a criação de novas instituições e suas instalações; ações higienistas e de embelezamento; criação de infra-estrutura urbana e de serviços; e a implementação de um plano de expansão urbana estão entre as realizações que, iniciadas por volta de 1850, tomaram impulso ou se consolidaram nas primeiras décadas do século XX.

Nas últimas décadas do século XIX, a urbanização de Natal continuava lenta. Para se ter uma idéia dessa condição, pode-se citar que a população de Natal em 1900 era de 16.059 habitantes.<sup>8</sup> Entretanto, já se observavam alguns melhoramentos locais, como a água encanada e o telégrafo. No que se refere à água, em 1870 a Lei 635 autorizou o presidente da Câmara Municipal a contratação de um serviço de água encanada para a cidade, serviço implantado somente a partir de 1882. No tocante ao serviço de telégrafo, ele foi inaugurado em 1878. A primeira conexão feita com cidade de outro estado foi feita com Fortaleza, em 1881. Posteriormente esse serviço foi ampliado para o Rio de Janeiro.

### *1.2 – O retirante e urbanização no início do século XX*

Dentro do primeiro ciclo de reformas urbanas por que Natal passou, na primeira década do século XX, com a criação e o estabelecimento de diversos serviços e

---

<sup>8</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. 1999. p. 95

equipamentos urbanos, de instituições e prédios públicos e privados, de um novo bairro, enfim, de uma infra-estrutura urbana que se diria capaz de incluir a cidade no circuito do capitalismo comercial, o retirante teve um papel decisivo, como mão-de-obra, mas não só isso, tanto na construção de espaços públicos destinados ao usufruto das elites como na de obras de infra-estrutura necessárias à modernização.

A seca de 1877-79 marcou a insurgência deste novo sujeito coletivo – os retirantes – no espaço urbano da sociedade brasileira.<sup>9</sup>

Em 1904, com a continuidade da seca que se prolongava desde 1902, uma grande multidão de retirantes se concentrou em Natal, fugindo da *paupéris* que assolava o interior, de plantações e rebanhos dizimados, da morte pela fome, procurando as mínimas condições de trabalho na capital, onde os recursos cada vez mais se concentravam nas obras de melhoramentos do porto e alargamento das ruas, de *aformoseamento* do espaço urbano. Em telegrama ao então Presidente da República Rodrigues Alves, o governador Tavares de Lyra, descreve a situação calamitosa em que se encontrava o estado:

[...] Nos três últimos meses emigraram 6564 famintos, só pelo porto desta capital; e muitos milhares esmolando pelas ruas, aguardam o ensejo de embarçar, descrentes de qualquer socorro. Aqui, como no interior, repetem diariamente inúmeros óbitos por inanição. Queira vossa excelência carinhosamente atender a súplica de um estado inteiro, vitimado por uma calamidade que abateu todas as suas energias, reduzindo

---

<sup>9</sup> MONTEIRO, Denise. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. EDUFRRN: Natal. 2000, p. 154.

assustadoramente sua população pela expatriação e pela fome e aniquilando todas as suas forças produtoras.<sup>10</sup>

Até o final do século XX, Natal possuía apenas dois bairros: a Cidade Alta, que adquirira características residenciais, com um pequeno comércio elitista, e a Ribeira, área comercial onde residiam os comerciantes e os trabalhadores do comércio e da pesca, lugar dos armazéns, dos hotéis, do lazer e das atividades administrativas.

As ruas foram se consolidando de forma a constituírem uma trama viária típica de cidade colonial, com ruas estreitas, casas pequenas, construídas sobre os alinhamentos frontais e laterais dos lotes, sem qualquer separação entre o espaço privado e o público, e as calçadas como espaço das atividades de convivência e confraternização de vizinhança.<sup>11</sup>

No início do século XX, os dois bairros ainda tinham vidas quase independentes em virtude da distância e da dificuldade de acesso. Embora a cidade parecesse tranqüila e ociosa, anúncios e notícias publicadas nos periódicos da época mostravam algumas curiosidades, eventos culturais e esportivos, ilustrando as oportunidades disponíveis desenvolvidas pela sociedade natalense que se formava.

Além desses dois bairros, ao final do século XIX, existiam duas regiões dentro do limite urbano. As Rocas, povoado localizado depois da Ribeira, na extremidade em direção ao Forte dos Reis Magos, e o Passo da Pátria, localizado entre a Cidade Alta e a Ribeira, numa faixa de terra úmida próxima ao rio Potengi. Tudo indica

---

<sup>10</sup> (Rio Grande do Norte, 1905, p. 12-13-18).

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: O processo de modernização do Natal (1889/1913)*. Natal-RN: EDUFRRN, 2000. p.15

que essas duas localidades surgiram a partir da normatização do uso do espaço promovida pelo poder público, que apresentava um conteúdo segregador ao investir na aparência das edificações na região central da cidade, para as quais a população mais pobre não possuía recursos. Esse caráter segregador foi confirmado por CASCUDO, quando ele se refere aos pobres como uma camada social [...] que não resistiu ao embate nos bairros de vida social mais intensa [...].<sup>12</sup>

A ocupação das Rocas ocorreu sobre uma região formada por areia de dunas, próxima ao rio Potengi, onde pescadores muito pobres construíram algumas ruas e travessas de casa. No final do século XIX, ela passou a abrigar também os operários, que haviam sido atraídos pelos serviços de melhoramento do porto. O Passo da Pátria, por sua vez, foi ocupado a partir da instalação de uma feira semanal que se tornou a mais concorrida da cidade, e para qual se deslocaram os pequenos comerciantes e as atividades recreativas, tornando-se muito freqüentada, principalmente à noite. Insinuou tratar-se, também de uma zona de meretrício: “Depois das 8 horas ficava mais movimentada, mais sedutora, mais perigosa, [...], cheiro de confuso, luzes vermelhas, alegria, rumor, perturbação, feira do Passo”.<sup>13</sup>

O município, além da área urbana descrita, possuía outras povoações periféricas com características rurais: o Refoles, zona agrícola localizada próximo à região do Alecrim, que ficava às margens do rio Potengi (onde está construída atualmente a Base Naval da Marinha do Brasil); as Quintas, nome de uma propriedade muito conhecida que se chamava Quinta Velha, e que ficava à beira de uma estrada que se dirigia para as regiões do Sertão e do Seridó; o Barro Vermelho, localizado após o rio

---

<sup>12</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. 1999. p. 234.

<sup>13</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. 1999. p. 253.

do Baldo, região de sítios, casas de veraneio, por onde passava a estrada que levava à Lagoa Seca, e o Guarapes, zona agrícola, localizada na estrada de Macaíba, após as Quintas.

A tendência de expansão que a cidade do Natal apresentava no final do século XIX foi pesquisada através dos editais publicados pelo Conselho de Intendência do Município, os quais tratavam de solicitações de aforamento de terrenos. Além dos bairros consolidados, percebeu-se nos editais publicados no *Jornal A República* que a grande maioria das solicitações de terrenos dava-se na região do Alecrim, próximo a Refoles e na região do Barro Vermelho, não foi possível perceber o uso que se destinavam as concessões.

Os editais que tratavam de aforamentos apenas referiam à localização do terreno solicitado e o nome do interessado, além de definir o prazo para que a população pudesse contestar. Não havendo contestações, os terrenos eram concedidos através da entrega da Carta de Aforamento.

Conforme CASCUDO, no final do século XIX, a cidade terminava na Rua Nova (atual Avenida Marechal Deodoro da Fonseca). Daí em diante, existia um matagal com algumas residências e um caminho para o Morcego (atual Praia do meio).



## CAPÍTULO II: INTERVENÇÃO PÚBLICA E MODERNIZAÇÃO URBANA

Se a população se comprime nas cidades em lugar de se dispersar pelos campos, é porque existe uma corrente de opinião, uma pressão coletiva que impõe aos indivíduos essa situação.<sup>14</sup>

O movimento moderno surgiu como uma onda de transformações desde o início do século XX. A mudança de mentalidade da sociedade, em decorrência das grandes descobertas do campo científico e tecnológico, das novas certezas a respeito do lugar do homem no universo, a industrialização, a sensação do tempo criaram no homem a ilusão de um novo ritmo e velocidade em todas as coisas que giravam em torno dele.

A modernidade trouxe consigo um ambiente onde todas as coisas e o homem estava constantemente passível de transformas, “mas ao mesmo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.”<sup>15</sup>

Seus primeiros movimentos deram origem, na Europa, a um período de incertezas no qual se percebia uma atmosfera nova e diferente. A modernidade, enquanto processo de transformação, se revelou nos movimentos revolucionários do século XVIII, principalmente na Revolução Francesa e Americana, responsáveis pelas modificações na esfera pública e em todos os níveis de vida pessoal, social e política da sociedade. Nesse período a humanidade teve a sensação de estar vivendo,

---

<sup>14</sup> DURKHEIN, Emile. 1990. p.11.

<sup>15</sup> BERMAM, Marshall. Op. cit. p. 15

simultaneamente, dois mundos completamente diferentes, o mundo da máquina, da manufatura e do artesanato, das dizimações de grandes contingentes populacionais (ocasionados pelas pestes e doenças), e o da Revolução Industrial. Foi uma etapa de construção e destruição, de redefinição de conceitos e regras, de desobediência e questionamentos, e de caos urbano.

### *2.1. A modernidade e a questão urbana.*

A própria modernidade provocou a vulgarização e deterioração de pequenos mundos, a destruição do mundo antigo e de sua subjetividade. O desenvolvimento provocado pela modernidade construiu uma outra subjetividade, que por sua vez se articulou à economia, à política e às transformações na sociedade.

A modernidade criou contradições na cidade ao fazer surgir uma racionalidade individual e anárquica. Não foi à toa que o homem da cidade procurou se defender instintivamente das transformações ocorridas e tentou amenizar suas conseqüências através das intervenções públicas.

No Brasil poucas cidades se destacaram no período colonial. Estas se tornaram centros atrativos para a população imigrante nacional ou estrangeira, graças à importância política que adquiriram ou à intensidade comercial existente em decorrência da produção agrícola exportadora.

Existem muitas semelhanças nas maneiras e métodos utilizados para alavancar o processo de modernização nos países menos desenvolvidos e as experiências vividas nos países industrializados. As primeiras propostas de intervenção surgiram, ainda, durante o século XIX, em cidades européias e se assemelhavam a uma

operação de limpeza, que tendo por objetivo resolver os “perigos” que surgiam na cidade, mesmo que, para isso, fosse necessária a destruição da estrutura física da cidade antiga.

A idéia de planejar significava, simplesmente, ordenar a cidade e resolver seus problemas urbanos, que freqüentemente tornavam-se objetos de conflitos. O problema de planejamento, portanto, baseava-se nas etapas de identificação destes problemas, definição de soluções e ação/intervenção para resolvê-los.

A experiência de intervenção nos espaços das cidades, no Brasil, que mais se destacou, no período entre o final do século XIX e início do século XX, foi a reforma na cidade do Rio de Janeiro (1904), onde foi ressaltado o aspecto estético da cidade, o qual serviu de modelo para as reformas de outras cidades, obedecendo a idéia de superação do atraso econômico, social, cultural e político.

Tais intervenções se pautavam pelo alargamento e criação de grandes avenidas, constantemente implicando brutais demolições; pela criação de parques e jardins; pela construção e reforma de edifícios públicos com fachadas uniformemente neoclássicas e ecléticas; além de uma série de posturas que regulamentavam a construção, disposição hidrosanitária e o aspecto externo dos edifícios. Ademais, as intervenções nas áreas centrais possuíam um significado social mais profundo: exterminar os cortiços e a prostituição; afastar os mendigos, vagabundos e perambulantes; pôr fim ao mercado miúdo e às vielas sujas e estreitas.

## *2.2. As intervenções estatais na urbanização da cidade do Natal*

A maioria dos processos de intervenção do poder público que afetaram o espaço urbano das cidades em geral no final do Século XIX e início do século XX, mudaram-no significativamente e caracterizam-se por apresentar aspectos idênticos, independente da região em que estivesse localizada, da situação econômica ou do estágio de desenvolvimento. Fundamentalmente, eram influenciadas pelos princípios do higienismo, da estética urbana e de desestagnação econômica, que determinavam os objetivos da ação governamental. Esta tomava forma concreta através de políticas públicas, tendo como instrumento principal, a legislação.

Em geral, estes princípios advinham da necessidade de atacar os problemas provocados pelas epidemias que, durante o século XIX, assolavam constantemente as cidades e/ou controlar a progressiva concentração de população, decorrente da falência do campo.

As primeiras intervenções públicas nas cidades brasileiras caracterizavam-se pela tentativa de adoção do padrão urbanístico/arquitetônico semelhante ao europeu, além de demonstrar uma preocupação com a implantação de hábitos e comportamentos cosmopolitas. Esta regra foi imposta à realidade das cidades com o intuito de que fossem, sem qualquer questionamento, introjetadas e assimiladas pela sociedade.

Na Europa do século XVII já estava consolidada a crença segundo a qual a maioria das doenças, e principalmente aquelas que atingiam grande parte da população pobre, tinha origem nas condições precárias do meio ambiente, o que deu lugar à formulação do que se denominou de teoria dos meios, ou mesológica ou dos miasmas.

Na primeira metade do século XIX existiam duas grandes escolas explicativas da propagação do cólera. Alguns médicos consideram-na uma doença contagiosa, que se propaga pelo contato físico, enquanto outros pensavam que era devido a um miasma maligno da atmosfera, que permanecia escondido em animais e vegetais deteriorados, até ser ativado por condições meteorológicas desconhecidas. Outras teorias tinham também defensores ardorosos, e quando um médico londrino Dr. John Snow, publicou em 1849 um panfleto com parte da verdadeira explicação, em especial que a doença espalhava-se por água contaminada e excrementos infectados, suas conclusões não foram totalmente aceitas. Só em 1884, um médico alemão que trabalhava na Índia, o doutor Robert Koch, descobriu o bacilo do cólera e provou que a doença só podia ser transmitida pelo contato direto com o vibrião.<sup>16</sup>

Foi dentro desse contexto histórico que a questão sanitária ganhou a atenção das autoridades em diversas cidades do Brasil e, também em Natal, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

No caso de Natal, além da institucionalização da questão sanitária através da criação de diversos órgãos voltados para o controle da higiene e da saúde pública, verificou-se, no período em estudo, a intervenção direta em duas áreas específicas da cidade (Ribeira e Baldo) e a elaboração de três planos urbanísticos.

Em meados do século XIX, segundo Câmara Cascudo (1980, 1984) dizia-se que “uma velha impressão maléfica era causada pelos pântanos da Ribeira”. Naquela época, a maré alta inundava toda a área ocupada hoje, pela antiga Estação Rodoviária Presidente Kennedy, pela Praça Augusto Severo e parte da atual Avenida Duque de Caxias. Quando havia enchentes, o Canto do Mangue ou Canto da Ribeira, na Rua Silva Jardim e as encostas dos morros nos bairros Rocas e Areal ficavam alagados.

---

<sup>16</sup> BRESCIANI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades. In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 253.

Em 1847, o presidente da província, Casemiro José de Moraes Sarmiento, reconhecia entre as medidas indispensáveis para proteger à saúde da população a necessidade do aterramento sanitário da Ribeira. Segundo CASCUDO,

Torna-se necessário que fosse dessecado o pântano da campina da Ribeira, cujas águas rebalçadas e impregnadas de matérias vegetais putrefactas, fornecem exalações produtivas de febres intermitentes, e de outras muitas enfermidades, que se observam naquele bairro da cidade e, finalmente se (sic) fosse não destruído mas debastado o denso bosque de coqueiros que circunda o mesmo bairro.<sup>17</sup>

Dezenove anos depois, em 1886, Luís Roberto da Silva, também presidente da Província, reiterou a mesma compreensão sobre a origem das “febres intermitentes... perniciosas e tifóides” que “médicos atribuem ...aos focos de infecção que as águas estagnadas que formam nos terrenos baixos e alagadiços”. Propôs, então, que estes terrenos situados na Ribeira fossem “aterrados e aproveitados para a construção de recreios públicos”. “Nenhuma outra localidade da cidade, dizia então o Presidente Barbosa da Silva, se prestaria melhor a isso, nenhuma seria tão apazível como estes sítios atualmente tão funestos”.<sup>18</sup>

Toda esta discussão sobre os problemas causados pelos miasmas só começou a ter um desfecho positivo na virada do século. Em 1896, o médico Manuel Segundo Wanderley, na condição de presidente interino de Inspetoria de Saúde Pública, apresentou um plano de saneamento para Natal. Daquele plano constava: “remoção do

---

<sup>17</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. 1999. p. 253. p. 206

<sup>18</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. 1999. p. 253.p. 207

matadouro, mudança do Lazarento da Piedade [...] arrasamento da represa do Baldo, segundo ele “foco perene de moléstias miasmáticas”; aumento da capacidade do aqueduto que desvia as águas pluviais acumulada na campina da Ribeira para o rio Potengi”.<sup>19</sup> ao que parece nenhuma das propostas desse plano foi executada até a primeira década deste século.

Somente em 1904, por ocasião de uma das grandes secas nordestinas, é que, por determinação do então governador do Rio Grande do Norte, Tavares de Lira, realizou-se uma ação urbanística e saneadora no bairro da Ribeira. Câmara Cascudo descreve esta ação de Tavares de Lira:

Contratou o aterro e ajardinamento da [atual praça] Augusto Severo, em junho de 1904, com o arquiteto Herculano Ramos. Gastou 62:446\$861, mas o lamaçal desapareceu. Cercado de calçadas o lodo salgado foi atacado por toneladas de areia alva dos morros. Herculano repetiu a façanha do Conde Maurício de Nassau transplantando árvores adultas e transformou o recanto melancólico num parque tropical cheio de sombras acolhedoras, bancos confortáveis, pontes toscas, cabana rústica, logradouro indispensável para cidades de clima quente, exigindo repouso para as amplas ensolarizações. Esse parque, maravilhoso de justiça urbanística foi sendo pouco a pouco guerreado e acabou no que está, praça banal entre praças banalíssimas. Sua inauguração em 1905, com o calçamento de pedra em todo o contorno, foi um sucesso.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. 1999. p. 154

<sup>20</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. 1999. p. 154

Já o saneamento do Baldo foi feito em etapas sucessivas. Em 1810, o Baldo foi reformado. Na ocasião, além da vegetação natural, havia apenas um tanque ou uma espécie de pequena represa alimentada pelo riacho da bica. Era um local onde as pessoas se abasteciam de água, lavavam roupas e tomavam banho.

Em 1863, o presidente da província, Olinto José Meira, assim descrevia a situação do Baldo:

A fonte do Baldo, assim chamado pelo aterro que faz represar suas águas, é muito abundante e de grande utilidade pública. As suas águas represadas, como disse, por um aterro, onde existe um sangradouro que lhes dá saída conveniente, formam um pequeno lago aprazível, que digno de melhor sorte, se presta a todo uso e emprego que a população lhe quer dar.<sup>21</sup>

O plano de saneamento de Natal proposto por Segundo Wanderley em 1896, contemplava, como já foi mencionado, o arrasamento da fonte pública do Baldo. Para aquele inspetor de saúde pública o Baldo que era um foco perene de doenças miasmáticas, converte-se diariamente em teatro de escandalosas exhibições, afetando não só a integridade sanitária como atentando afrontosamente contra os bons costumes e a moralidade pública.<sup>22</sup>

Contrariando a posição defendida por Segundo Wanderley, o Baldo que, de acordo com Cascudo, além de balneário público era um animado local de serenatas, em 1905 passou por uma reforma completa.

---

<sup>21</sup> CASCUDO, Câmara. Op. cit. , 1999. p. 254

<sup>22</sup> CASCUDO, Câmara. Op. cit. , 1999. p. 254-5.



A represa aumentou. A piscina natural minguou. Muito arvoredo foi sacrificado. Construíram banheiro de tijolo. Houve guarda para vigiar os freqüentadores [Mas] O Baldo, com outros atrativos da cidade, foi apagando prestígio. Hoje [1946] ninguém mais o olha, passando ao pé, de bonde ou de auto.<sup>23</sup>

Com essas intervenções na Ribeira e no Baldo, as autoridades administrativas de Natal demonstravam, desde a segunda metade do século XIX, sua preocupação com o saneamento da cidade e o disciplinamento da população. Essa preocupação, em parte se concretizou através de ações de embelezamento da cidade, especialmente no caso da praça Augusto Severo e do saneamento da área do riacho da Bica ou do Baldo.

### 2.3. *A Criação da Cidade Nova*

Na edição da Resolução Nº 54, em 1901, o Conselho de Intendência do Município do Natal, definiu novo limite para a cidade, considerando terreno urbano:

A área limitada por uma linha que partindo da Fortaleza da Barra, pela margem direita do rio Salgado até o porto de Refoles, daí se dirige, na direção leste, à ponta da “Areia Preta”, passando pelo Lazaretto do Piedade e Lagoa Manoel Felipe.<sup>24</sup>

Durante a mesma reunião do Conselho, em dezembro de 1901, foi decidido a criação do terceiro bairro da cidade, denominado Cidade Nova, que compreenderia, inicialmente, quatro avenidas paralelas com as denominações de Deodoro, Prudente de Moraes e Campos Sales, homenagem a todos os presidentes republicanos até aquele momento; cortadas por seis ruas com os nomes Seridó, Potengy,

---

<sup>23</sup> <sup>23</sup> CASCUDO, Câmara. Op. cit., 1999.

<sup>24</sup> Jornal A REPÚBLICA, 2 jan. 1902. p. 2.

Trairy, Mipibu, Mossoró e Assu, nome dos principais rios do Rio Grande do Norte; e duas praças denominadas Pedro Velho e Municipal. Uma das avenidas homenageava um político local, governador em exercício, e se chamou Alberto Maranhão.

Vê-se nessa resolução que o Governo Municipal compreendeu as vantagens e o futuro grandioso da cidade Nova como bairro desta capital destinado a ser o núcleo da grande cidade que, neste século será Natal, talvez uma das maiores do Brasil, uma das cidades mais importantes do mundo. (...) a lei municipal já tomou as providencias básicas de edificação urbana, providenciando sobre a orientação das ruas, grande largura das avenidas e ruas transversais, separação das casas (...) na construção de uma cidade que seja o padrão da glória norte riograndense.<sup>25</sup>

A partir desse momento, algumas modificações são observadas no aspecto físico da cidade. Nos bairros consolidados, Ribeira e Cidade Alta, são iniciadas uma série de intervenção no espaço urbano. Uma das primeiras providências tomadas foi sua ligação definitiva. Como já vimos, a antiga campina pantanosa foi transformada em uma praça arborizada.

O núcleo urbano central de Natal apresentava uma trama viária. As ruas classificadas pelos jornais como sinuosas e as casas pequenas. A proposta de expansão urbana através do bairro da Cidade Nova era assim, extremamente modernizadora e condizente com o espírito da época, que propunha áreas arborizadas co baixa densidade de ocupação.

---

<sup>25</sup> Jornal A REPÚBLICA, 07 jan. 1902. p. 1.

O projeto da Cidade Nova diferenciava-se das ações anteriores por apresentar aspectos que proporcionavam a organização do espaço da cidade, caracterizando-o como promotor da modernização. Alargou-se o limite urbano da cidade, além de estabelecer as bases para uma ocupação mais ordenada. Nesse sentido, a Resolução, exigia dos concessionários de terrenos e dos que ainda fossem requerer um prazo de 12 (doze) meses para fechá-los com muros e cercas; e 13 (treze) anos para as respectivas edificações.

A região onde foi projetada a Cidade Nova constituía-se de uma matagal, onde existia uma certa quantidade de cabanas construídas desordenadamente. A partir do momento em que a Cidade Nova foi definida como bairro, grande parte das residências foram removidas, uma vez que foram consideradas indesejáveis à nova estética que se propunha para o novo bairro e foram substituídas por “uma série de largas avenidas e ruas, cujo aspecto já é bastante agradável.”<sup>26</sup> Com a retirada dessas choupanas e ranchos (termos pejorativos com que a elite denominava tais habitações), a elite, que residia na Cidade Alta, passou a se interessar mais pela região, não como lugar para moradia, mas onde poderiam construir chácaras e sítios, para usos esporádicos em final de semana.

---

<sup>26</sup> Jornal A REPÚBLICA, 14 jan. 1905.

### CAPÍTULO III: O SURGIMENTO DE UMA NOVA NATAL

Outro momento de intensas intervenções públicas na cidade do Natal iniciou-se em dezembro de 1907, a partir das mudanças ocorridas no cenário político com a morte do Dr. Pedro Velho. Assim, em janeiro de 1908, o Partido republicano reuniu-se e escolheu uma nova comissão executiva. O Dr. Alberto Maranhão foi escolhido para suceder seu irmão falecido e assumia a direção da máquina administrativa do Rio Grande do Norte pela segunda vez, até dezembro de 1913. Esse seu período administrativo foi considerado como o mais significativo da história da Primeira República no estado, pois, voltou-se essencialmente, para o aperfeiçoamento das mudanças que vinham sendo implementadas na cidade do Natal, priorizando a modernização do espaço através da construção de edifícios e da execução de obras e melhoramentos públicos.

Logo no início da nova administração, em 1908, o médico Dr. Manoel Segundo Wanderley, que havia sido Inspetor da Intendência e propositor do plano sanitaria no final do século XIX, assumiu o cargo de *inspector da Inspectoria de Higiene pública do Rio Grande do Norte*. Ao assumir, propôs uma série de medidas organizativas para a cidade do Natal, como a proibição da construção de edifícios públicos ou particulares, sem que se submetesse previamente um plano de exame para a inspetoria. O novo plano também determinava que edifícios da Cidade Alta e Ribeira também eram fiscalizados, para se observar suas condições sanitárias e higiênicas. A partir dessas fiscalizações, proprietários de edifícios com instalações precárias, eram intimados para que procedessem as devidas soluções, e, nos casos extremados,

estabelecia-se um prazo para que tais edificações fossem desocupadas e reformadas. Essas fiscalizações prolongaram-se até 1912.<sup>27</sup>

Ainda nesse período administrativo, Henrique Castriciano foi nomeado como secretário de governo de Alberto Maranhão e passou a ter entre outras responsabilidades a de coordenar os processos de concorrência pública para contratação de obras e serviços públicos. No primeiro ano, por exemplo, o secretário assinou e fez publicar em jornal um edital para a contratação da construção de duas galerias de esgoto e para calçamento de ruas. General Osório e Voluntários da Pátria, entre as ruas Ulysses Caldas.<sup>28</sup> É o momento em que se inicia a maioria das grandes obras, projetos de prédios públicos e residências de particulares que, definitivamente, modificaram a estrutura física da cidade.

Ainda em 1908 foi inaugurado o Grupo Escolar Augusto Severo, de arquitetura eclética, localizado na Ribeira, ao lado do Teatro Carlos Gomes, foram autorizadas a construção do novo prédio do Superior Tribunal de Justiça e a execução do projeto de um parque envolvendo compreendendo toda a área meridional do Palácio do Governo, entre a Rua da Conceição e a Praça André de Albuquerque. Nesse parque previa-se a colocação de grades decoradas que seriam importadas de Paris.

Para tocar tão vultosas obras, Alberto Maranhão solicitou e obteve aprovação do Congresso Legislativo para contrair junto a banqueiros franceses um empréstimo bastante elevado e amortizável em 37 anos. De posse desse dinheiro, iniciou a contratação de empresas para executarem as obras do porto, o saneamento e os melhoramentos da capital, visando dinamizar sua administração. O jornal A República, em 02 de outubro de 1911, transcreveu toda a mensagem do governador, na qual ele

---

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De Cidade A Cidade*. O processo de modernização do Natal 1889/1913. Natal-RN: EDUFRN, 2000. p. 134.

<sup>28</sup> Jornal A REPÚBLICA, 07 abr. 1908, p. 3.

prestava contas de sua administração nos dois primeiros anos e apresentava os objetivos de seu governo para os próximos dois anos.

Autorizado por lei do Congresso e tendo em vista a necessidade de sanear e melhorar a capital, mandei com recursos do empréstimo externo, [...] construir [...] as obras que julgo indispensáveis para podermos organizar a Higiene e a Assistência Públicas, melhorando as condições de vida da população urbana.<sup>29</sup>

O endividamento público era justificado pela necessidade de tornar a cidade moderna e apta ao progresso. Em última instância, essa autorização do Legislativo significava a concordância para implementar as condições que viabilizariam os interesses da própria elite dominante. A modernização de Natal também significava para essa elite um investimento que possibilitaria o desenvolvimento econômico e a ampliação das facilidades de realização de seus próprios negócios.

Cascudo<sup>30</sup> confirmou a representação negativa que a classe dominante tinha dos habitantes onde a Cidade Nova foi implantada: como aqueles habitantes e suas terras não tinham nenhum valor justificava-se a desapropriação da terra, a destruição dos casebres e a retirada dos seus habitantes. Tratava-se de modelar, junto à sociedade essa visão negativa deles, desqualificando os habitantes e suas propriedades, ao mesmo tempo em que se oferecia um novo padrão de habitação e novas condições de higiene que seriam primazias da elite. Pessoas instruídas e poderosas, vivendo num espaço

---

<sup>29</sup> Jornal *A República*, 02 out. 1911. p. 2

<sup>30</sup> CASCUDO, Luís da Câmara Cascudo. *História da Cidade de Natal*. Natal: RN Econômico, 1999.

urbano ordenado, constituído por uma arquitetura sólida e esteticamente sofisticada, de filiação neoclássica.<sup>31</sup>

Percebe-se nitidamente que a criação da Cidade Nova surgia como um espaço voltado para a elite, uma espécie de condomínio de luxo para os afortunados. Era uma nova cidade, um fator de divisão entre a elite e o “povão”.

Nesse sentido, para alcançar os objetivos traçados para a melhoria dos serviços públicos na cidade, o governo do Estado entregou a maioria deles à empresa privada de propriedade dos senhores Valle Miranda e Domingos Barros, denominada Empresa de Melhoramentos de Natal. A referida empresa deveria proceder a execução dos aforamentos, serviços de saneamento, água, iluminação e bondes elétricos, cerâmica para reparos da rede de esgoto e forno para incineração do lixo.

Observe-se que o governo não possuía estrutura administrativa capaz de dotar a cidade desses serviços, daí a necessidade da contratação de empresas particulares. De sua parte, o governo estadual ainda construiu um armazém para depósito de inflamáveis e um Almojarifado Geral para o estado; adquiriu e ampliou a Vila Cincinato, situada na Praça Pedro Velho, transformando-a em residência oficial dos governadores, construiu o quartel de cavalaria na mesma praça; calçou com granito a Praça André de Albuquerque e outros trechos da cidade; construiu a balaustrada da Avenida Junqueira Aires, numa extensão de cem metros, decorada com 10 candelabros e um belo relógio também elétrico.

Foi também solicitada ao arquiteto Herculano Ramos um parecer a respeito das condições físicas do Theatro Carlos Gomes, edifício inaugurado em 1904, no final do primeiro governo de Alberto Maranhão. Essa avaliação pedida apresentou como

---

<sup>31</sup> LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural, Sebo Vermelho, 2000. 80p.

resultado a possibilidade de, na reforma a ser executada, aproveitar apenas as paredes externas.

O projeto arquitetônico da reforma constava de quatro partes distintas: frente, jardim, sala de espetáculos e “caixa”, sem que nada fosse aproveitado da estrutura anterior. Deu-se uma nova estética à fachada exterior, agora com dois pavimentos, e ampliaram-se os espaços, ornamentando-os interna e externamente com adornos encomendados na Europa. A obra foi concluída em julho de 1912, quando foi realizada uma grande solenidade:

Dias depois, em regozijo pelo grato acontecimento, apresentava-se ao nosso público, sob a responsabilidade do Governo, a Gran Cia Espanhola, Opera y Opereta Pablo Lopéz que para iniciar a temporada apresentou “A princesa dos dólares”, de Léo Fall.<sup>32</sup>

Em 1916, com a inauguração de uma ponte sobre o rio Potengi, além do surgimento da povoação de Igapó, na cabeceira da ponte, o crescimento do bairro do Alecrim, e suas imediações, tomou novo impulso. Com o objetivo de controlar a chegada dos trens procedentes do interior do estado, as companhias ferroviárias instalaram postos na margem direita do rio Potengi. Funcionários das empresas designados para trabalhar nos postos começaram a fixar residência naquele lugar. Logo, na região onde ainda predominava uma mata nativa e uma incipiente vida rural, apareceu um pequeno comércio, foi construída uma capela, e cresceu um assentamento na forma de longas ruas acompanhando os trilhos e rodovia.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária. 1973, p. 31.

<sup>33</sup> CASCUDO, Câmara. Op. cit. 1999. p



Nos anos vinte, o Alecrim, enquanto local de ligação entre Natal e o interior do Rio Grande do Norte e outros estados, foi se constituindo, embora com uma ocupação ainda rarefeita como um bairro popular, caráter que se mantém até hoje, até mesmo em relação ao seu tipo de comércio.

Enquanto o Plano Polidrelli criara, no início do século XX, um espaço para uso exclusivo da burguesia, o Plano Geral de Sistematização de Natal, concebido em 1929 pelo arquiteto italiano Giacomo Palumbo, buscava a ordenação e o embelezamento global da cidade, incluindo, portanto, a reorganização do bairro do Alecrim onde já se concentrava parte da população de baixa renda da cidade.

Na década de 1920, Natal viveu uma espécie de *belle époque*, com ações públicas voltadas para a educação, atividades artísticas e culturais. Junto com a ordenação física da cidade, o governo também buscava o disciplinamento da população, principalmente no tocante à higiene e aos hábitos de construção de moradias.

Tais idéias eram ressaltadas, demonstrando preocupações em modernizar ou justificar as alterações na cidade, bem como tornar Natal uma cidade ascética, limpa, higienizada e livre de traços que a ligassem a um mundo já superado, o mundo do atraso.

O discurso medicalizante, higienista é uma das questões fundamentais para se entender as políticas públicas que ocorreram durante a Primeira República em Natal e em outras cidades do país. Estas refletem tanto preocupações sociais, o cuidado com a organização da cidade, sobretudo a cidade habitada pela elite, como também refletem uma mentalidade mais adaptada às novas regras de sociabilidade do mundo moderno. A preocupação com a saúde é outra característica importante do período. Novas maneiras

de se pensar as práticas sociais e de habitação compunham uma das particularidades dessas transformações.

A propaganda da época nos mostra a capacidade da cidade de ver-se como “moderna”, capaz de compartilhar alguns padrões comuns à *belle époque*. É nesse contexto que encontramos propagandas que recomendam a boa iluminação e ornamentação das casas, preocupação marcante da época. O discurso em prol da higiene domiciliar grassa nos anúncios de A República. O maior divulgador do pensamento republicano, assim exprimia o que pensava a ciência e um dos princípios pelos quais se ordenavam as cidades:

Pela higiene pública: Higiene das Habitações.

Diz o povo que em casa que entra o sol não entra o médico. É lamentável que... haja ainda quem faça casas com grandes compartimentos escuros sem uma só janela que dê para o exterior. Para corrigir este e outros grandes defeitos das nossas habitações a Repartição Pública de Higiene resolveu não permitir que se inicie uma construção de um prédio sem que a respectiva planta seja por ela aprovada. [...]

As habitações privadas, sobretudo as das cidades, devem ter as paredes mestras altas, de dois tijolos, e o solo ou o piso impermeabilizado, para evitar não só a umidade, mas também os ratos.<sup>34</sup>

Na década de 1930, o Plano de Expansão de Natal, elaborado em 1935 pelo Escritório de Saturnino Brito, manteve basicamente o desenho da Cidade Nova e as diretrizes do Plano Palumbo e, como este, também não foi implementado. Preserva-se, deste modo, a forma de expansão de Natal desenvolvida em 1901, ao mesmo tempo em

---

<sup>34</sup> Jornal A REPÚBLICA, 20 mar. 1924.

que ia se confirmando a segregação social e espacial \_ com a população mais abastada situada nos bairros centrais, principalmente, na Ribeira, Cidade Alta e Petrópolis; e a população pobre localizada, sobretudo, nas Rocas e no Alecrim, ainda em formação.

Com a criação do Bairro da Cidade Nova, durante as duas primeiras décadas do século XX, a classe rica da cidade buscou implementar, nas novas construções, características bem distintas daquelas das casas e da estrutura urbana do século anterior. A cidade não mais estava somente “comprimida entre a Ribeira e a Cidade Alta”, como fora dito por Alberto Maranhão a Câmara Cascudo, em carta publicada em 1940.<sup>35</sup>

Aliás, era dessas duas áreas que se comprimiam que as elites locais buscavam sair. E a Cidade Nova passou a ser o local desejado e idealizado. Lá foram erguidas as casas “do dr. João Chaves, a do major Miguel Seabra, José Pinto e outros anunciavam a preferência da região para residências”.<sup>36</sup>

A Cidade Nova era uma área repleta de significados republicanos, que se opunha ferozmente ao que representava o “atraso” colonial. A ambição de “civilização” surgia Ribeira acima, cruzando os limites da Cidade Alta, na medida em que a elite se afirmava e legitimava através da habitação uma nova região, bem como pela adoção de hábitos condizentes com o das grandes cidades. A Cidade Nova era construída, invocando a esfera da modernidade. Petrópolis e Tirol como sonhos da elite moderna, abrigando uma série de novas significações no que se refere à moda, à moradia, à saúde e à beleza.

Uma das características das casas modernas republicanas é a influência do estilo eclético, onde havia uma mescla de diversas correntes artísticas e, além disso,

---

<sup>35</sup> CASCUDO, Câmara. Op. cit. 1999. p. 352.

<sup>36</sup> CASCUDO, Câmara. Op. cit. 1999. p. 353.

permitiam ao proprietário conferir a sua moradia marcas que a tornassem exclusivas. Através de fotografias de casas, compreendidas de 1900 até a década de 1940, encontramos em Natal, a presença desses elementos, que remetem ao pensamento moderno, nas residências.

Em sua passagem por Natal, em 1929, Mário de Andrade exalta a região do Tirol e Petrópolis, percebendo nas ruas as características buscadas na modernidade local. Considera-se privilegiado por estar hospedado na região do Tirol e não deixa de observar a disposição do novo bairro em relação a outras partes da cidade, como a Areia Preta, que era um local de acesso relativamente fácil, uma vez que já havia linha de bonde ligando à área central até o local onde a elite poderia tomar seu banho de mar:

É bom não andar muito a pé, logo principiam ladeiras preguiçosas, mansas, compridas, as ruas se alargam, avenidas magníficas, cheias de ar [...] Os espaços vão se tornando cada vez mais largos. No bairro alto de Petrópolis e avenida Atlântica se acaba no dó-de-peito num belveder e mostra lá embaixo, Areia Preta, uma das praias mais encantadoras que conheço. E, se o rumo foi outro, chegamos ao Tirol, altura onde moro hospedado pela ventania. Eh! Ventos, os ventos de Natal, me atravessando como se eu fosse um véu.<sup>37</sup>

A região da Cidade Nova reunia diversos elementos modernos. Além de se concentrar sobre as qualidades das casas do bairro, os jornais apelavam para outras questões relacionadas à habitação nessa região. Nos periódicos, destacava-se a localização de pontos comerciais, de casas a venda e o privilégio de ter o bonde à porta.

---

<sup>37</sup> ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz* 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1983. p. 233

Já haviam sido estabelecidas diversas relações entre morar nessa área e a condição social. Além disso, os fatores sociais de distinção importavam, uma vez que para lá se dirigiam pessoas ilustres, responsáveis pela manutenção da “máquina” que detinha o poder econômico, político e social da cidade do Natal.

Em Natal, desde os meados do século XIX, emergem os personagens políticos e intelectuais, com formações acadêmicas ou não, inspirando e influenciando na vida de sua cidade provinciana. A grande maioria desses personagens são filhos de pais abastados, vindos do interior do estado, geralmente enriquecidos pela criação de gado ou pela produção de cana-de-açúcar, que pouco a pouco foram ocupando os lugares onde podiam irradiar sua formação para estabelecer a rede de controle sobre a cidade. A partir da Proclamação da República do Brasil, em 1889, esse cenário ficou mais evidente, pois esses homens da técnica e do conhecimento científico, homens da política, retornavam à cidade e passaram a ocupar cargos políticos e administrativos municipais e estaduais, podendo, muitas vezes, aplicar, inventar ou mesmo inovar na construção dos destinos da cidade que estavam ajudando a construir.

O desenvolvimento da cidade do natal no início do século XX foi conduzido por uma elite que importou o conhecimento e a experiência de países europeus desenvolvidos, não interessando ou propostas pudessem ser ou não tivessem condições de ser vividas pela cidade do Natal. O intento de tornar a cidade cada vez mais moderna muitas vezes não correspondia as suas condições materiais, revelando que o desejo das elites elegia o “novo” como um caminho mais curto para buscar a identificação com essa modernidade.

Natal, a cidade criada para ser capital do Rio Grande do Norte, atravessou quatro séculos citada apenas como sendo um ponto estratégico para a defesa. Com a Proclamação da República, em 1889, a elite açucareira do litoral assumiu a direção

administrativa estadual e iniciou uma série de investimentos e ações políticas que indicavam intenção de quebrar o marasmo em que a capital vinha se desenvolvendo. Na primeira década do século XX, a idéia republicana do progresso e modernidade já havia sido incorporada aos discursos dominantes da cidade do Natal e se expressava nas ações promovidas, nas políticas adotadas, nas prioridades escolhidas e, sobretudo na transformação urbana de uma cidade que saia de uma inércia de quase quatrocentos anos e se transformava realmente naquilo para que ela foi criada, ou seja, assumia realmente o papel de cidade, de centro urbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade entendida como a modalidade de experiência vital que abrangia necessariamente a transformação das cidades com aspectos e condições de vida inapropriadas ou até mesmo inóspitas para o ser humano chegou ao Brasil demandando projetos mirabolantes e excludentes para se aproximar dos modelos europeus de conhecimento e civilidade, mostrando que para a construção de uma sociedade “científica e moderna” exigirá a remoção dos indesejáveis socialmente de áreas, que após um processo de “regeneração” passariam a ser nobres e também na adequação aos novos padrões estéticos e de higiene dos locais já existentes e na reeducação dos hábitos de construção e conservação de residências dos habitantes urbanos.

A cidade do Natal, apesar de nascer sob a égide de cidade, só veio a merecer realmente essa denominação a partir do final do século XX, quando ocorreram na cidade, por parte do poder público, transformações nos dois únicos bairros existentes que representavam o desejo elitista de integrar-se à modernidade vigente e protegia a população com os preceitos higienistas tão em voga na época. Os primeiros passos foram o aterramento de mangues, alargamento de ruas, pavimentação e embelezamento de praças e logradouros. Essas transformações materiais suscitaram outras mais profundas e transformadoras no aspecto cultural. Foi a partir da noção de modernidade que surgiu a nação de modernismo como modo de pensar à frente do seu tempo.

Em Natal, a construção de um novo espaço urbano conhecido como Cidade Nova não significava o surgimento de um novo mais. Ia mais além no aspecto de que o novo espaço significava a busca da elite local por um espaço único, sem a miscigenação

social encontrada na Ribeira ou na Cidade Alta. Nesse refúgio, as classes dominantes poderiam se proteger do contato com as péssimas condições ambientais e das epidemias que surgiam pela cidade.

A cidade que surgia, aos olhos dos idealizadores, deveria estar preparada para atender os anseios da classe dominante. Para a elite natalense, as reformas urbanísticas não seriam suficientes, pois era preciso mudar a postura da população nos novos espaços reformados. A relação do povo com o espaço público deveria mudar para que a cidade pudesse exalar o ar de progresso presente nos grandes centros urbanos.

No Brasil e em Natal, o afastamento da população pobre para a periferia foi uma constante nos movimentos de reforma e melhoramento urbanos no Brasil no início do século XX, fato já narrado na época pelo escritor Lima Barreto na sua obra “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”. O povo migra para os subúrbios por não conseguir enquadrar suas habitações aos modelos exigidos pela política urbana do governo. Segundo Cascudo, na construção do bairro Cidade Nova, as habitações consideradas inadequadas foram retiradas e seus moradores transferidos para outro local.

A elite natalense vive no início do século XX com uma enorme vontade de se enquadrar ao modelo vigente de modernidade, que vindo da Europa, varria o mundo. Para isso se espelha nas reformas urbanísticas e moralizadoras dos costumes de viver em comunidade que vinham sendo praticadas nos grandes centros brasileiros.



## BIBLIOGRAFIA E FONTES

- ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- BARROS, José D'assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades. In; FREITAS, Marcos César (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CASCUDO, Luís da Câmara Cascudo. **História da cidade de Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.
- \_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Governo no Estado de Pernambuco / Secretaria de Educação, 1978.
- LIMA, Pedro de. **O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas**. Natal: Cooperativa Cultural, Sebo Vermelho, 2000. 80p.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando (Dir.). SEVCENKO, Nicolau (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária. 1973.
- MONTEIRO, Denise. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. EDUFRN: Natal. 2000.
- NORONHA, Carlos Henrique Moura Mavignier de. **Rio Grande do Norte: tempo e espaço**. Natal (RN): Natal Editora, 2005.
- OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal (1889/1913)**. Natal-RN: EDUFRN, 2000.
- PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: NOVAIS, Fernando (Dir.) SEVCENKO, Nicolau (Org.) **História da via privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

### **Fontes**

A REPÚBLICA, Natal. 1896 – 1912.

DIÁRIO DE NATAL, Natal. 1904 – 1913.